



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO

A REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA COMO REFLEXO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

ORIENTANDA: IANNE MAGALHÃES SOUZA
ORIENTADOR: PROF.: DR. FAUSTO MENDANHA GONZAGA

GOIÂNIA – GO
2022

Ianne Magalhães Souza

A REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA COMO REFLEXO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito , Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás Prof. (a) Orientador (a): DR. FAUSTO MENDANHA GONZAGA.

Atenção: O aluno orientando (autor do presente trabalho) declara que procedeu a sua revisão, para fins de detecção de plágio, assumindo, de forma exclusiva, a responsabilidade por eventual incorporação de textos de terceiros, sem a devida citação ou indicação de autoria.

GOIÂNIA – GO
2022

IANNE MAGALHÃES SOUZA

A REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA COMO REFLEXO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

Data da Defesa: 01 de Dezembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof.: Dr. Fausto Mendanha Gonzaga

Nota

Examinadora Convidada: Prof. (a): Me. Gabriela Pugliesi Furtado Calaca

Nota

2022

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me concedeu uma segunda chance de vida, podendo assim concretizar esse sonho de bacharel em Direito. Ao meu pai Ademir, "meu amore" (in memoriam), que cuidou de mim até o último instante da sua vida. Saudades eternas! Dedico à minha mãe biológica Ednilde e a minha tia Aliene, minha mãe do coração que sempre me apoiou e passou grandes ensinamentos, mulheres que sempre foram uma grande inspiração na minha vida. Dedico aos meus avós Dezinho e Nidinha; Mena e Santo, que ajudaram fazer esse sonho acontecer, e aos meus irmãos: Igor e Jefferson, por todo apoio que me deram durante todos esses anos. E, com muito carinho, ao meu irmão Jefferson, que foi o meu doador de medula óssea. A todos os meus familiares e amigos que estiveram ao meu lado torcendo por mim.

A REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA COMO REFLEXO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

Ianne Mgalhães Souza

O artigo teve como objetivo a compreensão de um breve histórico da violência no território nacional, como consequência da ausência de uma educação de qualidade no Brasil. Foi essencial analisar os pontos de partida para compreender as medidas necessárias a serem tomadas. A questão da violência trouxe consigo vários pontos relevantes para serem levados em consideração a fim de que se evitem seus futuros resultados negativos. Dentro do tema, foram abordados momentos que incidiram violência no Brasil, incluindo a criminalidade, desigualdade social, educação ineficaz e suas consequências por meio destas circunstâncias. Foram analisados os efeitos da criminalidade dentro da estrutura social, tendo como antídoto a educação e sua relevante contribuição no combate à redução da violência no Brasil.

Palavras-chave: Desigualdade social. Violência. Criminalidade. Educação.

Introdução

1 Violência : Aspectos Gerais

1.1 Breve Histórico da Violência no Brasil

2 A desigualdade e a criminalidade no Brasil

2.1 A desigualdade social e a educação.

2.2 As deficiências na educação gerada pelo meio social

Conclusão

Referencias

INTRODUÇÃO

A violência é tema presente desde os primórdios da história do Brasil, fazendo parte do contexto cultural do país. A OMS define a violência “como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”. (Dahlberg e Krug, 2006, pg. 1165)

Com a definição do ato, adentraremos em uma das suas causalidades. Lúcio Charlypson, ressalta que:

“Violência e criminalidade são fenômenos que costumam precederem entre si e que, na maioria dos casos, pode ser explicado como consequência da desigualdade social. Pessoas sem acesso a uma boa educação, até mesmo por parte dos pais, e que sofrem omissão do estado, não tendo condições básicas de subsistência, acabam se influenciando, ora por tendência natural da psique humana, ou por influência do meio social onde vivem, a praticar atos delituosos e violentos, como forma, em suas próprias concepções de adquirir meios financeiros, ou mesmo de luta contra a desigualdade imposta”. (*Charlypson William Freitas Lúcio*)

Quando se trata de criminalidade, a desigualdade social tem papel relevante, visto que a falta de alguns requisitos essenciais, considerados como cruciais na formação das pessoas causa danos irreparáveis. Esses danos poderiam ser evitados com algumas medidas e ações, as quais são garantidas em nossa Carta Magna de 1988. Dentre elas está a educação, que é um direito básico e essencial, capaz de mudar qualquer quadro social, inclusive a violência, tema em discussão.

A educação é vital, sem ela as pessoas não têm oportunidade para conquistar seu espaço ideal na sociedade, gerando a desigualdade social. Ela é instrumento para se construir uma sociedade consciente em todos os sentidos. Ela é o melhor investimento para encurtar o ciclo da pobreza e diminuir a violência. Com ela os benefícios serão visíveis para as crianças, adolescentes e jovens, pois os afastará da criminalidade e gerará oportunidades para que tenham uma vida melhor, com mais dignidade.

Ademais, a educação além de transformar positivamente a vida das pessoas, reduzindo a criminalidade, trará benefícios para o estado, pois uma sociedade instruída gera riqueza tanto no aspecto socioeconômico como no cultural.

Como principal exemplo, podemos observar essa época pandêmica, na qual muitas famílias perderam pessoas que forneciam o sustento familiar, ou perderam seus empregos ou ainda tiveram o ensino escolar interrompido. É verificado que grande parte da criminalidade é gerada pela desigualdade social entre classes sociais afetadas pela falta de qualidade de vida.

1 Violência : Aspectos Gerais.

O campo da violência é amplo, tratando-se de um fenômeno social que afeta toda a população. Para melhor compreensão, é necessário entender o conceito de violência que, definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), diz:

Violência é o uso intencional de força ou de poder físico, na forma real ou de ameaça, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grandes chances de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, subdesenvolvimento ou privação (BRASIL, 2009, p. 7).

Estudos apontam a violência como uma decadência de vida, impotência, sendo uma circunstância de frustração individual ou até coletiva, sendo sua essência vista de forma negativa.

1.1 Breve Histórico da Violência no Brasil

No Brasil, a violência aflige a sociedade desde sua concepção, sendo esse um problema persistente até hoje. Alguns estudos afirmam que a violência se iniciou no Brasil Colonial, sendo os indígenas os primeiros alvos de agressividade por parte dos colonizadores, visto que o objetivo era capturá-los para escravidão, com o intuito de extrair o pau-brasil. Sendo assim, o marco inicial da violência se dá por meio da exploração dos indígenas. (Eliana Rodrigues Pereira Mendes, 2017, online)

A escravidão indígena foi oficialmente abolida pelo Marquês de Pombal em meados do século XVIII. Logo em seguida, iniciou-se a escravidão de negros trazidos da África, sendo colonizados pelos europeus. Foram explorados, principalmente para a agricultura, nas atividades açucareira e na mineração, tendo um regime de trabalho desumano. Contudo, a escravidão foi abolida através da assinatura da Lei Áurea, nos anos de 1888 pela princesa Isabel, no período Imperial. (Wikipédia, 2020, online)

Outro marco principal na história do Brasil, no qual houve grandes atos violentos, ocorreu durante a República, numa cultura submissa, onde a lei tinha efetiva aplicação apenas para algumas classes, não sendo para a maioria. Nesse período, sucedendo a ditadura, houve um aumento da violência, ocorrendo torturas, assassinatos e privações de liberdade.

Na época, a liberdade individual foi restringida e a sociedade não tinha o direito de expressar seus pensamentos. Assim, nenhum tipo de crítica poderia ser realizada, havendo censura, grandes revoltas e manifestações. Desde então, a luta pela democracia passou a ser uma tarefa árdua e marcou um período traumatizante para a sociedade brasileira.

Através de grandes lutas pela democracia e pelo direito à liberdade, o país venceu mais uma grande fase de turbulência. Podemos dizer que o início do Brasil teve como

base a violência, através de uma forma desumana de tratamento à pessoa humana, passando de geração em geração uma cultura enraizada desde os primórdios.

Após ser analisado o contexto histórico e visto que a violência efetivamente faz parte da história do Brasil, também serão abordados os dias atuais.

2 A desigualdade e a criminalidade no Brasil

É sabido que a violência é um problema que assola várias sociedades, principalmente no Brasil, com índices altíssimos de homicídio, roubo com uso de arma de fogo e a desigualdade sendo a mola propulsora desses atos. Segundo estudo analisado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), entre os anos de 1980 e 2017, houve um acréscimo significativo na violência, tendo como consequência a criminalidade.

Charlyson Willian Freitas Lúcio, retrata que:

“Violência e criminalidade são fenômenos que costumam precederem entre si e que, na maioria dos casos, pode ser explicado como consequência da desigualdade social. Pessoas sem acesso a uma boa educação, até mesmo por parte dos pais, e que sofrem omissão do estado, não tendo condições básicas de subsistência, acabam se influenciando, ora por tendência natural da psique humana, ou por influência do meio social onde vivem, a praticar atos delituosos e violentos, como forma, em suas próprias concepções de adquirir meios financeiros, ou mesmo de luta contra a desigualdade imposta”. (*Charlyson Willian Freitas Lúcio*)

De 1980 até 2017, os estudos realizados pelo IPEA (2019) (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apontam que houve 955 mil mortos por arma de fogo. De acordo com as estatísticas, são jovens com faixa etária entre 15 e 29 anos, suscitando uma série de consequências. Uma delas é o acréscimo na estatística de pessoas idosas no país. Assim como um outro estudo feito pelo IPEA (2019) mostrou:

“Quando pegamos homens de 15 a 19 anos, 59,1% dessas mortes foram ocasionadas por homicídios. Estamos matando nossa juventude. Em qualquer momento seria trágico, mas no momento atual é pior ainda porque estamos passando pela maior transição demográfica de nossa história”, diz Daniel.

Além da análise da quantidade de homicídios durante esse período, o IPEA (2019) (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) traz um ponto importantíssimo referente aos custos da economia gerados em consequência da violência. Geram um abalo econômico, pois o Estado terá que gastar em vários setores, como na saúde, onde será necessário fornecer assistência às vítimas, além de melhorias na segurança pública.

Baseado nos estudos do IPEA (2019) (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os dados referentes a economia apontam:

“O valor foi calculado com base em diversas pesquisas sobre impactos econômicos diversos da criminalidade entre 2003 e 2015.

O maior impacto são os custos intangíveis com homicídios, que chegam a 2,5% do PIB. Os gastos com segurança privada e seguros chegam a 1,7% da riqueza nacional, enquanto gastos públicos com segurança pública e sistema prisional chegam, somados, a 1,6% do PIB”.

Foi visto que a criminalidade gera custos econômicos para o Estado, além de afetar negativamente a qualidade de vida dos cidadãos. Ademais, as vítimas de homicídio são pessoas com idade economicamente ativa, como já mencionado anteriormente nesse tópico (entre 15 aos 29 anos). Através de outros custos gerados com assistência médica e aumento da segurança pública, o Estado brasileiro acaba por perder a capacidade produtiva.

Entre os anos de 2007 e 2017, houve um aumento no índice de mortalidade no Norte e no Nordeste do país. O índice nessas localidades subiu de forma assustadora, tendo como motivo a rivalidade entre duas principais facções criminosas: Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV). A disputa entre essas facções são referentes às rotas do narcotráfico e a disputa pelo mercado varejista de drogas. (atlas da violência, 2019, online)

No ano de 2017, os presídios iniciaram rebeliões cujo objetivo seria a disputa existente no tráfico de drogas. Já nos anos de 2018 e 2019, houve uma aquietação dentro dos cárceres. Deste modo, é importante destacar que esse autocontrole não é decisivo. Pesquisas apontam que:

“Nos primeiros 15 dias do ano, três violentas rebeliões em penitenciárias do Norte e do Nordeste do Brasil, motivadas pela guerra entre facções criminosas rivais, deixaram 119 mortos, o equivalente a 30% de todas as mortes ocorridas em presídios no ano anterior. Os números alarmantes e a crueldade das execuções, com decapitações e esquartejamentos, chamaram a atenção do mundo inteiro”. (Fabio Ponso, 2020)

No mês de fevereiro do ano de 2020, o estado do Ceará sofreu um ataque de violência descontrolado, gerado por uma greve policial que objetivava o aumento salarial. O ataque durou 13 dias, com 312 homicídios e crimes de patrimônio, como roubos a residência, restrição de liberdade e roubo de carga e veículos. (G1 CE, 2020, online)

Diante destes atos de violência no estado do Ceará, devido à falta de policiais militares, é importante destacar que, além de combater a criminalidade, a polícia também age de forma positiva para a sociedade. Assim, não deve ser descartada dentro dessa pesquisa. O papel da polícia tem sua importância dentro da prevenção e do controle da criminalidade.

De acordo com o assunto tratado, é de relevante importância expor o exemplo no estado do Paraná. Segundo estudos da agência de notícia do estado, reduziu-se 7,2% dos casos de criminalidade no ano de 2019. De acordo com os pesquisadores, “O trabalho conjunto das forças policiais do Paraná resultou na redução dos principais índices de criminalidade do Estado nos nove primeiros meses deste ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior”. (Agência de notícias do Paraná, 2019)

Referente ao assunto abordado, o site Agência de notícias do Paraná (2019), afirma:

“O índice de crimes contra o patrimônio reduziu em 7,2%. Todas as Áreas Integradas de Segurança Pública - como o Estado é dividido para análise estatística - registraram queda no índice de roubos, totalizando uma redução de 19,2%. Com relação a furtos, a redução foi de 10,3%”. (Agência de notícias do Paraná, 2019)

De acordo, com o secretário de segurança pública do Paraná, Rômulo Marinho:

“A redução no número destes crimes como resultado do trabalho integrado das forças policiais. “Planejamento estratégico, inteligência, boas práticas e integração, como eu sempre digo, são os quatro pilares da segurança pública do Paraná. Somente assim conseguiremos alcançar, cada vez mais, melhores índices de redução da criminalidade”. (Rômulo Marinho, 2019, online)

Além disso, explica Rômulo Marinho:

“A Polícia Militar está o tempo todo fazendo a prevenção e o policiamento ostensivo nas ruas. Já a Polícia Civil passou a solucionar mais casos, tendo em vista que a transferência de presos das delegacias para o Depen está permitindo que os policiais foquem mais na investigação”. (Rômulo Marinho, 2019, online)

Entretanto, deve-se esclarecer que não são todos os estados que reagem de forma protetiva e rígida ocorrendo, nesse sentido, um descontrole da criminalidade. Além de planejamento, é necessário haver recursos econômicos para conter as infrações.

Ademais, apenas duas regiões específicas entraram no estudo com profundidade, em virtude da sequência de atos criminosos com frequência. Porém, além dos mencionados estados, a maioria do território brasileiro é contaminado pela falta de segurança. Nos últimos anos a criminalidade aumentou de forma significativa no Brasil.

2.1 A desigualdade social e a educação.

Questiona-se em diversas pesquisas que a causa do problema da violência é a desigualdade social, devido à falta de recurso, a qual contribui para o aumento brutal da criminalidade. Entretanto, o motivo pelo qual relaciona a pouca renda é o meio escolar faltando esse requisito, constitui em escassez de emprego. Posto isso, a educação influencia positivamente e diretamente na criminalidade.

Além disso, a escola não somente abrirá portas para oportunidades de emprego, mas também meios preventivos para que não se cometam atos ilícitos. Desta forma, segundo Lochner e Moretti:

“sugerem que frequentar a escola mantém os indivíduos ocupados e fora das ruas, o que diminui a possibilidade de ingresso precoce em atividades ilícitas. Dessa forma, a frequência escolar pode ter um efeito de longo prazo sobre a taxa de participação na atividade criminal”.

Isto posto, a frequência do jovem na escola leva a redução no envolvimento com o mundo do crime. Desta forma, o investimento de recursos na área da educação é uma excelente alternativa para a redução da criminalidade, além de conter a desigualdade social, que gera outras consequências nefastas para a sociedade. Outro questionamento é a avaliação de como realizar esses investimentos. De acordo com Cunha:

“Evidenciaram que a educação de um indivíduo é resultado de um processo de acúmulo de capital humano que ocorre ao longo do ciclo de vida e envolve investimento e alocação do tempo. Os investimentos nos períodos iniciais do ciclo de vida propiciam o desenvolvimento de habilidades que potencializam a acumulação de capital humano nos períodos subsequentes e promovem melhores oportunidades para o indivíduo no mercado de trabalho, tornando-o menos propenso a cometer crimes”. (Cunha et., 2017)

Sendo assim, esse investimento visando o combate à criminalidade por meio da educação não traz resultado de forma imediata, mas gradativamente. Para Lochner, “Durante esse período, as pessoas desenvolvem habilidades que aumentam a produtividade, o que lhes possibilitará encontrar melhores oportunidades no mercado de trabalho, com maiores salários”. (2017, online)

O mesmo autor afirma que:

“no caso da educação de crianças e jovens, o tempo de frequência escolar e a interação nesse ambiente permitem a absorção das noções de moralidade, civilidade e de obediência as leis que, normalmente, integram as regras de convivência no espaço escolar e podem funcionar como um mecanismo informal de controle do comportamento dos indivíduos e de prevenção ao engajamento em atividades ilícitas”. (2017, online)

Nesse subtópico ele analisa de uma forma geral as causas e consequências da criminalidade. Além disso, propõe medidas de combate e prevenção, suscitando também, um breve contexto histórico do período violento inicial no Brasil. Sendo assim, será analisado no próximo subtema a situação da desigualdade, que já foi referido nesse estudo, porém com mais profundidade.

A desigualdade social é a diferença econômica de classes sociais. Isso inclui direitos básicos como saúde, educação, emprego, etc. Com o crescimento da população urbana, a desigualdade aumentou de forma desordenada, dando origem as periferias e favelas, onde, na maioria das vezes, faltam o básico, para se ter a dignidade da pessoa humana.

Essa falta do básico leva o Brasil a ser considerado um país com alto índice de pobreza. Há muito tempo os governantes tentam encontrar medidas para solucionar este problema.

Essa falta de recursos e a pobreza de forma desordenada vem sendo discutida já há bastante tempo. Na década de 90 e início de 2000, no livro *Pobreza, Cidadania e Segurança*, o Presidente do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães, trouxe em um de seus capítulos uma proposta para combater a pobreza, trazendo justamente a questão do aumento da população na área urbana. De acordo com Antônio Carlos Magalhães:

“Efetivamente o homem do campo, sem terras e sem meios para prover o sustento da família, vem engessando os bolsões de miséria nas periferias das grandes cidades, onde enfrenta uma situação adversa, de falta de moradia e de escolas, de convívio com a violência, de precariedade na assistência médica, no saneamento básico e no transporte urbano. Além disso, convive com o desemprego ou, melhor hipótese, com o subemprego, especialmente porque, vindo do campo, não tem a qualificação exigida pelo mercado de trabalho urbano”. (Magalhães, 2000, pg.24)

Além de trazer em um de seus capítulos um ponto importantíssimo que é a base desse estudo, que seria a educação em um sentido geral, o autor reafirma o conhecimento como base para a vida do ser humano em todos os aspectos. Antônio Carlos Magalhães diz:

“ A qualificação profissional, como a educação em geral, é fator indispensável à melhoria da qualidade de vida. Não basta gerar empregos para reduzir a pobreza. Diversos estudos têm demonstrado que nas famílias pobres brasileiras o emprego não tem sido suficiente para evitar a situação de miséria. A qualificação profissional insere-se no contexto mais amplo da educação, requisito indispensável para fazer do capital humano um fator de promoção da classe trabalhadora ”. (Magalhães, 2000, pg.24)

Com a falta de educação tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, incluindo o ensino superior, é dificultado o ingresso no mercado de trabalho. Deve-se oferecer uma educação de qualidade, com várias vagas ofertadas. Além desse requisito, uma qualidade de vida melhor para que todos possam ter acesso a uma condição melhor de vida.

Segundo a ONG anistia Internacional, a violência é uma ameaça para os direitos humanos. Em um relatório de 2010 é dito que “as comunidades que vivem em situação de pobreza continuaram a enfrentar uma série de abusos dos direitos humanos, como despejos forçados e falta de acessos a serviços básicos”. Sendo mencionado pela ONG que:

“As condições precárias de moradia para milhões de brasileiros, o alto índice de violência criminal e policial nas favelas, e as condições degradantes do sistema prisional estão entre as principais ameaças aos direitos humanos no Brasil”.

O Brasil tem grandes dificuldades com a desigualdade. Segundo estatística da ONU (Organização das Nações Unidas), o Brasil se encontra em 5º lugar entre os países mais desiguais, dentre dos 29 analisados no ano de 2018. Temos várias causas para esse resultado, como a corrupção, falta de oportunidade de emprego, como já havia referido no estudo, falta de investimento na saúde, áreas sociais, educação, o mercado capitalista e uma série de outras coisas.

Entretanto, a questão da educação é apenas uma das causas, sendo bastante relevante, pois através de uma boa educação surgem oportunidades de emprego, levando o cidadão a ter uma condição de vida melhor, sem sofrer privações e a falta do básico. Isso contribui significativamente para que esse indivíduo não venha se envolver com a criminalidade.

Segundo Luseni Aquino, no artigo Desigualdade social, violência e jovens no Brasil (2004): *“A desigualdade social está entre as maiores causas da violência entre jovens no Brasil. Ela é o grande contexto, o pano de fundo, onde vive a população mais atingida por esse problema: as pessoas entre 15 e 24 anos”*. (apud)

De acordo com o mesmo artigo, tendo como premissa que a desigualdade é um dos pontos fortes para a causa da violência, Luseni Aquino expõe estatísticas no seu artigo sobre esse tema, relacionando a desigualdade social com a educação e, por fim, com a criminalidade. Luseni (2004) afirma que:

“Um dos fatores que evidenciam a desigualdade social e expõem a população jovem à violência é a condição de extrema pobreza que atinge 12,2% dos 34 milhões de jovens brasileiros, membros de famílias com renda per capita de até ¼ do salário-mínimo, afirma a pesquisa. No total, são 4,2 milhões de jovens extremamente pobres. Destes, 67% não concluíram o ensino fundamental e 30,2% não trabalham e não estudam. O estudo também revela que os jovens afrodescendentes são os mais excluídos, já que 73% dos jovens analfabetos são negros e 71% dos extremamente pobres que não trabalham e não estudam são afrodescendentes. Apesar de ser um agravante das situações de violência, os números divulgados pela pesquisa mostram que a pobreza não é preponderante para o comportamento violento, mas sim a desigualdade social”. (Luseni, 2004)

Segundo a mesma pesquisa, a pesquisadora Enid Rocha propõe como solução para superar a desigualdade o aumento das rendas dos jovens que são excessivamente pobres e o ingresso no âmbito escolar. Segundo Enid Rocha "é preciso promover a inclusão social desses jovens por meio da escola e do emprego, que são os dois mecanismos lícitos de ascensão social". (Agência Brasil, Enid Rocha, 2004)

Desta forma, o envolvimento na criminalidade na maioria das vezes é gerado pela falta de condições financeiras. Entretanto, é importante ressaltar que nem todos os fatores de desigualdade gera a criminalidade, com base nas pesquisas realizadas. Porém, esse assunto é muito complexo, pois a falta de alimentação e outros recursos básicos podem levar muitos jovens a procurar outros meios mais fáceis de ascensão social.

Diante dessa problemática, a fome desencadeia outros fatores ligados a criminalidade, na maioria dos casos. Porém, o Brasil é um país no qual faltam direitos essenciais. Além

da criminalidade que surge como consequência dessa carência, a mortalidade infantil e vários outros problemas são desencadeados, tendo como causas a falta de emprego e uma educação de qualidade.

Conforme uma discussão feita pelo IPEA, no ano de 2003, citando um trecho dos autores Hagan e Petersen: “O argumento nessa direção é que a desorganização social gerada pela pobreza reduz os mecanismos informais de controle sobre o indivíduo, o que resultaria no aumento da criminalidade [Hagan e Petersen (1995)]”. (*ipea, Mário Jorge Cardoso, Paulo Roberto Amorim, Adolfo Sachsida, 2003*)

2.2 As deficiências na educação gerada pelo meio social

De acordo com estudos do IBGE realizados em 2019, a evasão escolar está oito vezes maior nas famílias de baixa renda, atingindo uma porcentagem maior nas regiões Norte e Nordeste, sendo menor na região Sudeste, considerando a faixa etária de 15 a 17 anos.

“A renda é um dos fatores que determinam os percentuais de abandono e atraso escolar dos jovens de 15 a 17 anos. Na evasão escolar, 11,8% dos jovens mais pobres tinham abandonado a escola sem concluir o ensino médio em 2018. Esse percentual é oito vezes maior que o dos jovens mais ricos (1,4%). No país, cerca de 737 mil pessoas nessa faixa de idade estavam nessa situação no ano passado”. (Adriana Saraiva, 2019, online)

Segundo a analista do IBGE Betina Fresneda, as pesquisas realizadas apontam que:

“Idealmente, o sistema de ensino devia oferecer igualdade de oportunidades para todos, independentemente da origem, para que a pessoa pudesse desenvolver seus potenciais. Mas ele reflete a estrutura social do país. Estudos mostram que quanto mais igual ao país menos desigual o ensino”. (Betina, 2019)

O ensino escolar incompleto também gera grande consequência, visto que tem um abalo muito grande na economia do país, aumentando a desigualdade social e os índices de criminalidade, devendo haver medidas realistas que solucionará suas consequências.

CONCLUSÃO

Na primeira parte, abordarmos o histórico da violência no Brasil desde os seus primórdios. Logo em seguida, foram abordadas as fases históricas que evidenciaram a desigualdade e sua ampliação no decorrer dos anos, visto que é um dos pontos principais da relação estrutural social para abordagem do estudo. Lidamos com acontecimentos passados e atuais, expondo fatos desde os anos 90 até os atuais, com base no livro “Pobreza, cidadania e segurança” que propõe estratégias para conter a desigualdade no Brasil. Uma das principais era a educação, tendo como fator auxiliar a saúde de qualidade que são garantias previstas na nossa constituição. No referido livro, BUARQUE (2000, p.48) diz: No longo prazo, é obvio: essas crianças com escolaridade terão uma chance muito maior de escaparem do círculo vicioso da pobreza.

A educação é abordada como ponto primordial em seus efeitos positivos na luta contra a desigualdade social e tem como base a formação do cidadão crítico que busca a igualdade através dos direitos que nos são garantidos. Através desta construção as oportunidades são geradas, o que resulta na melhoria de vida dessas pessoas.

O ambiente escolar traz uma formação cultural, com relações humanas de valores sociais, com ensinamentos para que haja compromisso social, responsabilidade, respeito, solidariedade etc. Desta forma, não tem apenas o papel de transmitir conhecimento, mas também tem o objetivo de formar pessoas com princípios.

A solução para redução da criminalidade não se encontra apenas no fortalecimento policial, mas nas medidas de prevenção, tendo um conjunto de setores auxiliares, como o da saúde e o da educação, que já foi citada acima, e com o auxílio de instituições de proteções sociais.

Devem ocorrer mais políticas públicas eficientes para entregarem educação de qualidade, com o propósito de gerar mais oportunidades de emprego e qualidade de vida aos cidadãos. Além disso, saúde e moradia adequadas também são essenciais. Porém, o principal benefício percebido é a educação. Através dela surgirão outros, assim como previsto no artigo 205 da Constituição:

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A intervenção do estado é extremamente importante para a interrupção e redução da criminalidade e pobreza no Brasil, assim como previsto em seus objetivos fundamentais contidos do artigo 3º, inciso III da Constituição Federal que propõe: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

REFERENCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 de nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (**IBGE**). versão online Disponível em : <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>, acesso em 30 de maio de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (**IPEA**). versão online. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>, acesso em 25 de maio 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (**IPEA**). versão online. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0967.pdf , acesso em 30 de maio 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (**IPEA**). versão online Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,desigualdade-social-e-cao-da-violencia-juvenil-diz-ipea,20040713p32739>, acesso em 28 de maio de 2020.

VELLOSO, João Paulo. **Pobreza, Cidadania E Segurança**. Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, jan. 2000.